



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

## TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: **0007590-52.2018.8.26.0566 - 2018/001878**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins**  
 Documento de Origem: **IP-Flagr. - 169/2018 - DISE - Delegacia de Investigações Sobre Entorpecentes de São Carlos**  
 Réu: **FELIPE DOS SANTOS RODRIGUES**  
 Data da Audiência: **13/11/2018**

Réu Preso  
 Justiça Gratuita

Audiência de instrução e julgamento nos autos do processo acima mencionado que a Justiça Pública move em face de **FELIPE DOS SANTOS RODRIGUES**, realizada no dia 13 de novembro de 2018, sob a presidência do **DR. EDUARDO CEBRIAN ARAUJO REIS**, MM. Juiz de Direito. Apregoados, verificou-se a presença do **DR. MARCELO BUFFULIN MIZUNO**, DD. Promotor de Justiça; a presença do acusado, devidamente escoltado, acompanhado da defensora a **DRA. SANDRA MARIA NUCCI**. Iniciados os trabalhos, questionada a escolta acerca da necessidade da manutenção da algema, esta afirmou que não poderia garantir a segurança do ato processual, do próprio imputado e de todos os presentes, por sua insuficiência numérica. Diante disso, e cabendo ao Juiz Presidente regular os trabalhos em audiência, foi determinada a manutenção das algemas como a única forma de se resguardar a integridade dos presentes e, principalmente, do próprio imputado, nos termos da Súmula Vinculante nº 11, do STF. Após, pelo MM Juiz foi indagado a acusação e a defesa se concordam que as perguntas sejam feitas inicialmente pelo Juiz, passando-se a seguir, às reperguntas pelas partes. Acusação e Defesa responderam que concordam. Em seguida, foram inquiridas as testemunhas TAIS ELIANA DA CUNHA, FELIPE SAKADAUSKA FERREIRA, THIAGO ROCHA GONÇALVES. Por fim, foi realizado o interrogatório do acusado, nessa ordem, para assegurar a ampla defesa (*Depoimentos registrados por meio audiovisual, de acordo com o previsto no artigo 405, § 1º do Código de Processo Penal, tendo sido juntados aos autos em consonância com os artigos 150 e 1.270 das Normas da Corregedoria Geral da Justiça*). Após, não havendo outras provas a serem produzidas (artigo 402 do CPP), o MM Juiz determinou que se passasse aos debates orais (artigo 403 do CPP), os quais foram realizados em mídia digital (*Conteúdo captado pelo registro audiovisual, tendo sido juntado aos autos de acordo com o artigo 150 das Normas da Corregedoria Geral da Justiça*). A seguir o MM. Juiz proferiu a seguinte **SENTENÇA: Vistos, etc. FELIPE DOS SANTOS RODRIGUES**, qualificado nos autos, foi denunciado como incurso no artigo 33, *caput*, da Lei nº. 11.343/06, porque, segundo a denúncia, no dia 30 de julho de 2018, por volta das 16h30min, em via pública à Rua Itália, no cruzamento com a Rua Teixeira de Barros, bairro Vila Prado, nesta cidade e comarca, trazia consigo e transportava, para entrega ao consumo de terceiros, 246 porções acondicionadas em eppendorf's e 05 porções maiores de cocaína em pó, embaladas individualmente, em material plástico, pesando ao todo 537,9g (quinhentos e trinta e sete gramas e nove decigramas) e 07 porções de Cannabis Sativa L, popularmente conhecida como maconha, pesando ao todo 13,5g



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.	

(treze gramas e cinco decigramas), sem autorização e em desacordo com determinação legal e regulamentar. Segundo apurado, policiais militares alertados sobre a suspeita de que o denunciado realizava o transporte das drogas no automóvel GM/Montana, placas EPC 8243, de Piracicaba/SP, abordaram o veículo que trafegava pela via pública acima referida. Em revista realizada no automóvel os agentes públicos localizaram, ocultas sob o painel do veículo, no compartimento destinado a instalação de equipamento de som, as drogas, R\$10.542,50 em dinheiro, quatro aparelhos celulares e duas cadernetas contendo anotações diversas. A quantidade e a variedade das drogas que estavam em poder do denunciado, ocultas sob o painel frontal do automóvel, bem como a elevada soma em dinheiro (R\$10.542,50), juntamente com o demais instrumento apreendidos e o modo como estavam individualmente embalados os entorpecentes, demonstram que o denunciado transportava as substâncias ilícitas para a entrega e consumo de terceiros. Ao ser interrogado o denunciado confessou a prática do delito. Notificado, o réu apresentou defesa prévia às fls. 176/185. A denúncia foi recebida em 17 de setembro de 2018, ocasião em que designou-se audiência de instrução (fls.192/193). Em audiência foi produzida a prova oral. Em alegações finais, o representante do Ministério Público requereu a procedência nos termos da denúncia, com fixação de pena bem acima do mínimo legal e regime inicial fechado para cumprimento da pena. A defesa requereu fixação da pena mínima, com o reconhecimento do privilégio previsto no § 4º, da Lei 11.343/2006. **É o relatório. DECIDO.** A ação penal é procedente. A materialidade está demonstrada pelo auto de exibição e apreensão de fls.27/28, pelos laudos de exame químico-toxicológicos de fls.59/66, pelo laudo pericial do veículo de fls.52/58, bem como pela prova oral produzida. A autoria também é certa. Interrogado na presente audiência, o réu admitiu a prática da infração penal que lhe é atribuída, asseverando que, a pedido de terceiros, transportaria os entorpecentes, mediante contraprestação no valor de R\$2.000,00. mencionou que anteriormente à realização da tarefa ilícita foi abordado pela polícia militar. Sua versão harmoniza-se com os demais elementos de provas amealhados em contraditório. Ouvidos em juízo, os policiais militares Thiago Rocha Gonçalves e Felipe Sakadauskas Ferreira, responsáveis pela diligência, prestaram declarações uniformes sobre o fato. Disseram que tinham a informação de que o veículo mencionado na denúncia era utilizado para transportar drogas. Em patrulhamento, o veículo, cujas características e placas eram de conhecimento, foi localizado e, realizadas buscas, foram encontradas, na parte posterior do painel, as drogas e o numerários apreendidos, bem assim mil “ependorfs” vazios. Indagado, o réu admitiu informalmente que tinha ciência da existência de drogas no interior do veículo. Por sua vez, a testemunha arrolada pela defesa, Tais Eliana da Cunha, declarou que é sogra do denunciado, tratando-se de pessoa correta e de boa índole. As circunstâncias da abordagem, a quantidade e variedade dos entorpecentes, a apreensão de numerário a apreensão de petrechos, bem como a confissão do acusado, indicam que na oportunidade, ele promovia o comércio clandestino. Além disso, o relatório de manipulação nos celulares apreendidos, indica que em ao menos um deles, havia conversas relacionadas com a prática do delito em tela (fl. 219). De rigor, em consequência, o acolhimento da pretensão condenatória expressa na denúncia. De outra parte, o acusado é tecnicamente primário e não há comprovação de que integre organização criminosa – insuficiente para tanto a declaração de que o réu atuava a mando de terceiro - ou que faça da atividade ilícita



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.	

seu meio de vida, devendo ser reconhecida em seu favor a causa de diminuição prevista no parágrafo 4º do artigo 33 da Lei nº11.343/06. O redutor deve ser o do patamar máximo, pois as circunstâncias judiciais são favoráveis ao agente. **Passo a dosar a pena.** Ausentes circunstâncias judiciais desfavoráveis, fixo a pena-base no mínimo legal em 05 (cinco) anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa. Reconheço em favor do acusado a atenuante da confissão espontânea, mas sem redução aquém do piso (Súmula 231 do STJ). Por força da causa de diminuição já reconhecida, reduzo a reprimenda em dois terços, perfazendo-se o total de 01 (um) ano e 08 (oito) meses de reclusão e 166 (cento e sessenta e seis) dias-multa. De acordo com jurisprudência consolidada, o tráfico privilegiado não é delito assemelhado aos hediondos. Por esse motivo, deixo de aplicar a previsão constante do parágrafo 1º, do artigo 2º, da Lei 8.072/90. De outra forma, considerando a gravidade em concreto da infração praticada, em detrimento da saúde pública, anotando-se a diversidade e a grande quantidade de drogas transportadas pelo réu, estabeleço regime fechado para início de cumprimento da pena, inviabilizando-se, pelo mesmo motivo, a substituição por restritiva de direitos. Ante o exposto, julgo **PROCEDENTE** a ação penal e **condeno** o réu **FELIPE DOS SANTOS RODRIGUES** como incurso no art.33, §4º, da Lei 11.343/06, à pena de **01 (um) ano e 08 (oito) meses de reclusão** em regime inicial **fechado** e ao pagamento de **166 (cento e sessenta e seis) dias-multa**, no valor mínimo. Permanecem inalteradas as condições de fato que ensejaram a decretação da prisão preventiva, razão pela qual não se autoriza recurso em liberdade. Comunique-se o presídio onde se encontra preso o réu. Autorizo a devolução do aparelho celular objeto de roubo à vítima informada à fl. 217. Declaro o perdimento dos valores e dos demais bens apreendidos, pois decorrentes da prática da infração penal ou utilizados no cometimento do ilícito. Autorizo a incineração das drogas. Não há custas nesta fase, por ser o réu beneficiário da justiça gratuita. Publicada em audiência saem os presentes intimados. Comunique-se. **Pelo acusado e sua Defensora foi manifestado o desejo de não recorrerem da presente decisão.** Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, lavrando-se este termo que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, \_\_\_\_\_, Marco Antonio Manenti, Escrevente Técnico Judiciário digitei e subscrevi.

Juiz(a) de Direito: **EDUARDO CEBRIAN ARAUJO REIS**

<p><b>DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA</b></p>
--

Promotor:

Acusado:

Defensora: